



Flávia Cecília, 32, grávida de Miguel, que nasceu na ilha, em 2003. A segunda filha, Lis, nasceu em Recife, em 2010

“Quando fiquei grávida, sabia que não poderia ter meu filho na ilha. Sabia que no sétimo mês de gravidez seria obrigada a ir para o continente e que o parto aconteceria longe dos meus familiares. Minha mãe e meu marido não poderiam se ausentar do serviço por meses só para me acompanhar. Então, como acontece com todas as mulheres em Noronha, eu passaria pelo momento mais importante da vida longe do lugar onde cresci, da minha casa e das pessoas que amo. Conversei com a minha mãe e decidimos juntas que eu não iria para o Recife para dar à luz e que enfrentaríamos a proibição, mas a pressão para você sair é muito grande. Fizeram de tudo para eu mudar de ideia. Fui chamada no hospital e falaram que, se eu ou meu filho morrêssemos, a culpa seria minha. Respondi que a gente não tem como fugir da morte – quando chega nossa hora, não dá pra escapar. Assim, eles perceberam que eu não sairia mesmo da ilha. No dia do parto, comecei a sentir as dores no fim da tarde. Fomos de bugue para o hospital, chegamos em dois minutos. As dores começaram a aumentar quando escureceu. Passei a noite inteira com uma dor horrível, a pior da vida, muito forte – homem não aguentaria. No auge da dor, implorei para o doutor fazer uma cesárea, mas ele me pedia calma, falava que estava indo tudo bem. Eu não conseguia me acalmar. Até que às 9h48, após 40 semanas, o Cayo nasceu, com 50 centímetros e 3,930 quilos. Foi uma comoção na ilha quando souberam que estava acontecendo um parto em Noronha. O povo cercou o hospital e ficou esperando notícias minhas e do meu filho. Quando cheguei ao quarto, olhei pela janela e vi aquele monte de gente. Foi emocionante. Não deu nem tempo para me arrumar e já estava dando entrevista para a TV Golfinho. É muito estranha essa história de ninguém poder nascer em Noronha. A mulher deveria ter o direito de parir onde bem entendesse.”

REPRODUÇÃO FÁBIO BORGES

O DIREITO DE NASCER (EM NORONHA)

PARA OS TURISTAS, A ÚNICA ILHA OCEÂNICA HABITADA DO BRASIL É UM DESTINO PRIVILEGIADO. PARA OS LOCAIS, PORÉM, HÁ UM PROBLEMA NO PARAÍSO: É PROIBIDO NASCER NO ARQUIPÉLOGO, REALIDADE QUE DEIXA O ILHÉU EM RISCO DE EXTINÇÃO

POR DÉCIO GALINA, DE FERNANDO DE NORONHA

FOTO IVAN PADOVANI

“É MUITO ESTRANHA ESSA HISTÓRIA DE NINGUÉM PODER NASCER EM NORONHA. A MULHER DEVERIA TER O DIREITO DE PARIR ONDE BEM ENTENDESSE”

ANE CAROLLINE MORAIS MARQUES DA SILVA, 30, mãe de Cayo, que nasceu na ilha depois da proibição, em 2005

O depoimento é da fisioterapeuta Ane Carolline Moraes Marques da Silva, 30, filha de uma tradicional família de Fernando de Noronha – seus avós maternos trabalharam como motorista e doméstica na casa de militares (de 1942 a 1988, o arquipélago de 21 ilhas foi um Território Federal Militar). O nascimento de Cayo, em 16 de setembro de 2005, é emblemático. Tão famosa por defender a vida de tartarugas, golfinhos e outros animais, a ilha proíbe, desde 2004, o nascimento do ser humano, colocando em risco de extinção essa espécie tão rara, a única população de ilha oceânica do país.

A decisão é uma diretriz da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco e foi estabelecida depois que uma mulher precisou ser transferida com urgência para Recife com um salvete aéreo – uma operação que pode custar até R\$ 35 mil. “A gente sabe da demanda de as mulheres voltarem a ter parto na ilha, mas precisamos atender todos os requisitos para isso acontecer”, afirma o administrador geral do distrito de Noronha, Luís Eduardo Antunes, 49, indicado para o

cargo pelo governador pernambucano, Paulo Câmara. “Fizemos um projeto para criar uma casa de parto, mas existe uma norma do Ministério da Saúde que estabelece que toda casa de parto tem que estar a 500 metros de um hospital de alta complexidade, o que não é o caso do hospital São Lucas. Na possibilidade de uma complicação, se formos depender de um resgate aéreo que pode demorar três horas, colocamos em risco a vida da parturiente e do bebê.” Segundo Luís Eduardo, o custo para adaptar o hospital ou construir uma maternidade é “altíssimo”: em torno de R\$ 3 a 4 milhões para uma demanda de “26, 27 partos por ano”. “Não é um projeto a curto prazo, mas está no nosso radar. O que fazemos hoje é arcar com os custos da passagem aérea para Recife, do hotel Uzimar, em Boa Viagem, para gestantes a partir do sétimo mês, e assistência social para apoio psicológico. Claro que tem o aspecto emocional, que vai sentir falta da família, mas existe o aspecto racional, que é propiciar segurança. Se fosse minha mulher, eu jamais incentivaria a ficar na ilha.”

O presidente do Conselho Distrital de Noronha, Ailton Rodrigues de Araújo Jr., 36, filho de pais noronhenses, mas nascido em Recife, concorda que é um desejo do ilhéu voltar a ter parto no local. “É uma vontade unânime os nascimentos voltarem a acontecer, mas temos que entender as prioridades dos outros 4.500 moradores, entre elas, a educação – precisamos melhorar muito o ensino.” Aleska, 12, filha de Ailton, não fugiu à regra das crianças obrigadas a nascer no continente. “Minha mulher foi para Recife no sétimo mês de gravidez e eu fui lá apenas para o parto [cesárea].

“VOCÊ PEGA O DOCUMENTO DA SUA FILHA, LÊ QUE ELA É DE NATAL, MAS NÓS NÃO TEMOS RELAÇÃO NENHUMA COM A CIDADE. SABIA QUE IA SER DIFÍCIL, MAS NÃO TANTO”



Julia Costa Bernardi, 33, o marido Felipe e a filha Giovana, que nasceu em Natal, no fim de 2016; abaixo, Julia grávida na ilha



FOTOS FABIO BORGES

Não dá para parar de trabalhar”, ele conta. “Elas voltaram quando o bebê tinha 1 mês. Claro que isso gera um transtorno, mas prefiro não correr risco. Minha filha não vai deixar de ser da ilha só porque nasceu em Recife.” Entre as metas do conselho para o desenvolvimento de Noronha em 2017 estão: a entrega de 26 casas nos bairros Floresta Nova e Velha, uma academia de ginástica, reforma do posto de saúde, reforma do cemitério e a reestruturação das vias que cortam a ilha.

EXPERIÊNCIAS DISTINTAS

O “transtorno” a que se refere Ailton às vezes vira trauma profundo, como é o caso de Flávia Cecília, 32, que ajuda a mãe a tocar o restaurante Jacaré. Flávia viveu as duas experiências: teve filho dentro e fora da ilha. Foi uma das últimas mães antes do começo da norma proibitiva: em 11 de agosto de 2003 deu à luz Miguel. “Não tive preocupação nenhuma, liguei para me levarem ao hospital quando senti dores, toda a família foi junto, o parto foi normal, tudo tranquilo.” Já o nascimento da filha Lis, hoje com 7 anos, traz lembranças amargas do continente. “Meu segundo parto foi um terrorismo. Fiquei chateada de passar cinco meses fora de casa. Estava sozinha no apartamento da minha sogra, não conhecia ninguém em Recife. Ficava trancada, com medo da violência da capital. Em Noronha, a gente vive diferente”, conta Flávia. “No dia que fui à maternidade, já sentindo dor, me falaram que não tinha vaga. Foi um desespero. Implorei para a recepção chamar alguém, passou uma obstetra correndo, dizendo que tinha outra urgência. Pedi ajuda para uma servente que estava varrendo a sala de espera e ela me levou até uns estagiários que me ajudaram... Mas tive a Lis praticamente sozinha. Horrível. Fiquei traumatizada. Nunca mais eu vou ter um filho.”

As grávidas da ilha são monitoradas pela Unidade de Saúde da Família. No início de março, a reportagem da **Trip** teve acesso à lista de 25 grávidas naquele momento. Os nomes em vermelho indicam quem está com mais de 28 semanas de gravidez e permanece em Noronha – só havia um nome. Nove, em amarelo, eram das mulheres que já estavam alojadas no continente, e os 15 restantes, das que estavam com menos de sete meses, fazendo o pré-natal na ilha. Entre elas, Harlene Suely Pereira da Silva, 28, que nasceu em Noronha e trabalha como recepcionista de uma agência de turismo, após passar quase três anos na Nova Zelândia aperfeiçoando o inglês. “Em vez de ficar feliz, a primeira coisa que acontece quando você descobre que está grávida na ilha é ficar preocupada com o atendimento de saúde ser ruim; de viajar toda hora pro continente para fazer exame e pagar as passa-

gens do próprio bolso; de ter que conseguir duas estruturas – uma dentro e outra fora de Noronha – com berço, cadeira de amamentação, cômoda etc. O gasto é enorme. É muito incômodo ter um filho longe de casa.” Com a voz e a cabeça baixas, Harlene conclui: “Mas já está certo que vou ter lá fora. Não quero arriscar a vida de ninguém. Todas as grávidas que conheço em Noronha estão conformadas em ter o filho fora. Não temos alternativa”.

SEPARAÇÃO FORÇADA

Não são apenas as mulheres que sofrem com a obrigação dos partos no continente – o relacionamento com o marido, muitas vezes, fica em xeque. “Sei de vários casamentos que acabam por causa dessa história de ser obrigado a se separar nos meses que antecedem o parto. A gravidez, normalmente, já é delicada para o casal; imagine, então, com os dois longe por quatro, cinco meses. Minha relação mesmo ficou bem abalada no período que saí de Noronha e fui para Natal (Rio Grande do Norte). Meu marido só apareceu no parto”, recorda a bióloga e professora de ioga Silvia Figaro Morelli, 38. Paulistana, Silvia tinha 16 anos quando avisou aos pais, durante uma viagem de férias ao arquipélago, que um dia moraria ali. Dito e feito: está há nove anos direto em Noronha, mas desde 2001 morando em alguns períodos. “Minha gravidez foi planejada. Sabia que o parto não seria aqui, nem os exames, já que não tem ultrassom. Mas o impacto negativo de ter tido o Ravi [em 21 de maio de 2014] longe de casa foi punk. Pirei por causa disso”, diz Silvia. “O parto, em si, foi ótimo, do jeito que eu queria, pois fui contra a corrente das diversas cesáreas que são feitas em Natal. Consegui uma parteira, uma doula e uma anestesista, mas nem precisei: depois de nove horas de trabalho de parto, o Ravi nasceu na água,

uma banheira própria para nascimento, junto com meu marido. Deu tudo certo. Mas, no fundo, dói saber que eu poderia ter tido meu filho aqui sem problemas. Estava louca para voltar logo para casa, mas tive excesso de leite, então, fiquei para doar para os bebês de Natal, pois na ilha não tem banco de leite.”

Se o parto de Silvia foi programado, tranquilo e nem de anestesia precisou, o mesmo não pode se dizer da tensa experiência vivida por Daiana Rodrigues Dornelles, 35. “Já estava tudo certo que eu teria meu filho no continente. Queria ter natural, em casa. Só que três dias antes do embarque previsto, no oitavo mês de gravidez, a bolsa estourou. Foi uma correria. Cheguei ao hospital de manhã, solicitaram um salve aéreo [quando um avião é deslocado do continente para a ilha para realizar um resgate de urgência] e consegui chegar à tarde em Recife. Felizmente tudo correu bem na cesárea, Davi nasceu às 16h20 e hoje está com 2 anos.” O nascimento do caçula, Artur, 9 meses, foi em Natal – e também prematuro por causa de um deslocamento de placenta. A diferença é que dessa vez Daiana já estava no continente. “Essa situação tem que

mudar. É de extrema importância ter o filho na ilha. Deveria ter estrutura para isso. O fluxo de turismo só aumenta, quem vem de fora tem cada vez mais facilidades e boa estrutura, então, dá para criar condições de os partos voltarem a acontecer e beneficiar a população local.”

Mesmo sabendo as regras da gravidez na ilha, quando o processo começa e as mulheres sentem na pele a coerção do Estado, sempre assusta. “Pouco tempo depois de engravidar, recebi uma carta do conselho tutelar para uma reunião. Cheguei lá e tive que assinar um papel me responsabilizando a sair de Noronha dois meses antes do parto”, conta Julia Costa Bernardi, 33, que nasceu e cresceu na ilha, filha de Paulo Gaúcho, pioneiro na venda de refeições, cachorro-quente e sorvete em Noronha. “Giovana nasceu há seis meses, em Natal. Hospital cheio, cesárea – queria que fosse parto normal. A gente estava conformado que isso aconteceria, mas foi bem mais difícil do que esperávamos. Aí você pega o documento da sua filha, lê que ela é de Natal, mas não temos relação nenhuma com a cidade, eu e meu marido [Felipe Castilho Buelta, 37, paulistano que trabalhava em banco, adorava surfar, um dia se cansou do trânsito de São Paulo e fez as malas para Noronha]. A gente sabia que ia ser difícil, mas não tanto.” E completa: “Quero que Giovana tenha a liberdade que eu tive na infância, que ela também cresça correndo na Praia da Conceição”.

A ameaça que o ilhéu está sofrendo de simplesmente desaparecer – uma vez que a população que cresce e domina Noronha é a turma que vem de fora da ilha – chamou a atenção do cineasta brasileiro Alan Schvarsberg, que assina direção e roteiro de *Ninguém nasce no paraíso*, documentário de 25 minutos

“AS MULHERES DE NORONHA HOJE, APÓS TANTOS TRAUMAS E HISTÓRIAS, PENSAM DUAS VEZES SE VÃO QUERER TER FILHO. SE ESTÃO DISPOSTAS A PASSAR POR SOFRIMENTOS”

ALAN SCHVARBERG, diretor de *Ninguém nasce no paraíso*



Harlene Suely Pereira da Silva, 28, está grávida, se preparando para ir para o continente



FOTOS FABIO BORGES, ARQUIVO PESSOAL E REPRODUÇÃO



“MINHA GRAVIDEZ FOI PLANEJADA. SABIA QUE O PARTO NÃO SERIA AQUI, NEM OS EXAMES, JÁ QUE NÃO TEM ULTRASSOM. MAS O IMPACTO NEGATIVO DE TER TIDO O RAVI LONGE DE CASA FOI PUNK”



Silvia Figaro Morelli, 38, grávida; e com o marido no parto de Ravi, que nasceu em Natal, em 2014

que estreou no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro em 2015 e recebeu o prêmio de Melhor Curta pelo júri popular. “As mulheres de Noronha hoje, após tantos traumas e histórias, pensam duas vezes se vão querer ter filho. Se estão dispostas a passar por sofrimentos. São questões que deixam evidente que existe um projeto político de esterilização da ilha, pra que ela deixe de ser um lugar para se tornar um destino”, afirma Alan. “A meu ver, há um claro objetivo de reduzir a população e, com isso, enfraquecer a identidade local, para que a ilha seja cada vez mais um espaço a serviço pleno do turista, atividade que pode render bons recursos para o governo do estado. Quem sofre são as

mulheres e os filhos de Noronha.” Alan entrevistou mais de 20 pessoas na ilha e observou bastante vontade das pessoas, principalmente mulheres, de falar a respeito. A reportagem da *Trip* também comprovou isso. Por mais que já tenham passado 13 anos desde o início da proibição, os depoimentos têm tom de desabafo, de um desejo íntimo de cada mulher – mães e futuras mães – de que tal realidade seja alterada o quanto antes, e o parto volte a acontecer sem risco para ninguém.

Ane Caroline, a voz que abre este texto, teve uma experiência na infância na ilha que a marcou para a vida. “Fui guia mirim no Projeto Tamar. Lembro quando fui escolhida, pela professora de ciências, com mais cinco crianças. Apreendi muito em quatro, cinco anos no Tamar. Uma cena linda que jamais vou esquecer: vi uma tartaruga-verde, gigantesca, desovando no meio da madrugada. De abertura de ninho de tartaruga eu perdi a conta de quantas vezes participei, mas desovar foi uma vez só. Isso de alguma forma deve ter ficado em mim... Até o Cayo nascer aqui, em Noronha.”